



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI

Processo n.º 08302345820198180140

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **RONES LOPES FERNANDES**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A parte autora alegou em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico, restando permanentemente inválida, pleiteando em juízo uma suposta diferença do valor indenizatório liquidado na esfera administrativa.

Deste modo, foi nomeado perito por esse d. juízo, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

3. Qual o tipo de lesão ou lesões, foram sofridas pela Autora em decorrência do acidente mencionado na petição inicial?

FRATURA DE TÍBIA DISTAL À DIREITA.

8 . Havendo seqüelas, qual o grau de limitação funcional das mesmas? Favor descrever a lesão e assinalar o grau de limitação funcional; Residual Leve Média Intensa Total.

1ª Lesão: _____ () 10% () 25% **(X) 50%** () 75%
() 100%

Agora vejamos os documentos médicos apresentados nos autos:

RAIO X DO TORNOZELO DIREITO

RELATÓRIO:

O estudo radiológico do tornozelo direito foi realizado nas incidências AP/PERFIL demonstra.

- Sinais de manipulação cirúrgica prévia na diáfise distal da tibia.



MANEJO
ACRÚTE
SOBRE
DO TORNOZELO
E O SUB
O TORN
A O O
CURTO
FURTIV
JURENO
A
NÃO

TORNOZELO DIREITO

O estudo radiológico do tornozelo direito foi realizado nas incidências em pa/perfil. Os seguintes aspectos observados:

- Controle pós-operatório.
- Fratura alinhada, com fixação metálica, na metáfise distal da tibia.
- Superfícies e espaços articulares íntegros.
- Partes moles sem alterações.

Declaro para os devidos fins
que o paciente submetido este rol
testamento fisioterapêutico para o sequela
de fratura de Tornozelo direito.

Conforme podemos observar na página abaixo¹ a fratura na tibia distal, trata-se de lesão acometida no tornozelo:

MANUAL MSD
Versão para Profissionais de Saúde

SELECIONAR IDIOMA

Q. Pesquisar

PESQUISAR

ASSUNTOS MÉDICOS E CAPÍTULOS: A | Á | Ã | B | C | D | E | É | F | G | H | I | Í | J | K | L | M | N | O | Ó | P | Q | R | S | T | V | W | X | Y | Z

PROFISSIONAL / LESÕES: INTOXICAÇÃO / FRATURAS / FRATURAS DO TORNOZELO

NESTE ASSUNTO

- Diagnóstico
- Tratamento

OUTROS TÓPICOS NESTE CAPÍTULO

Fraturas

- Visão geral das fraturas
- Fraturas fisárias infantis (placa)



Fratura dos dois maléolos do tornozelo

Essa fratura do tornozelo compromete o maléolo medial (da tibia) e o maléolo lateral (da fibula).

Ocorre que o laudo pericial ratifica o adimplemento da obrigação com a liquidação do sinistro na esfera administrativa, uma vez que a lesão apurada na esfera judicial através da prova pericial corresponde ao pagamento efetuado administrativamente na monta de R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), não havendo de se falar em complementação de indenização.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um tornozelo	25 %	Em grau médio - 50 %	12,5%	R\$ 1.687,50
Total			12,5 %	R\$ 1.687,50

BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 09/08/2019
NUMERO DO DOCUMENTO:
VALOR TOTAL: 1.687,50

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: RONES LOPES FERNANDES

BANCO: 104
AGÊNCIA: 03436
CONTA: 000000005805-0

Nr. da Autenticação 74C46727ED66341C

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo apresentado pelo i. Perito, sendo certo que em ambos os casos foram utilizados os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ, valor sobre o qual incidiu a repercussão da lesão sofrida a fim de ser fixado *o quantum* indenizatório.

Diante da quitação administrativa, requer que seja acolhida a conclusão pericial, julgando improcedentes os pedidos formulados na exordial.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

TERESINA, 16 de setembro de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PI 10201

EDNAN SOARES COUTINHO
1841 - OAB/PI

ⁱ <https://www.msdmanuals.com/pt-br/profissional/les%C3%B5es-intoxica%C3%A7%C3%A3o/fraturas/fraturas-do-tornozelo>